

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA PROJEÇÃO DIGITAL.

05/2005

134-TC-F3

Esp. Márcia Aparecida Figueiredo Caçador

Centro Universitário Barão de Mauá

marciafc@baraodemaua.br

Dr^a. Nilza Teresa Rotter Pelá

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP

ropela@eerp.usp.br

Dr^a. Yolanda Dora Martinez Évora

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP

yolanda@eerp.usp.br

Categoria: Pesquisa e Avaliação

Setor Educacional: Educação Universitária

Natureza do Trabalho: Relatório de Pesquisa

Resumo: O mundo globalizado vive um momento de transição, cujos fatores principais das mudanças deve-se a pressões de ordem econômica, exigências por profissionais que dominem a informação e o conhecimento. Muitas instituições de ensino superior (IES) estão abrindo programas educacionais oferecidos à distância via Internet. Entretanto, ainda a maioria das instituições de ensino não está acompanhando o mesmo ritmo das novas tecnologias no mercado de trabalho tornando o processo ensino-aprendizagem deficiente. O objetivo deste trabalho é apresentar as possibilidades e a importância da educação a distância para a educação brasileira. Os estudos mostram que a EAD é um fenômeno crescente, mas não implica que a educação tradicional esteja chegando ao fim.

Palavras-chave: Internet, Computadores, Projetos auxiliado por computadores.

Introdução

O mundo globalizado vive um momento de transição, cujos fatores principais das mudanças deve-se a pressões de ordem econômica, exigências por profissionais que dominem a informação, o conhecimento tem um papel principal, sendo considerado o “carro-chefe”.

Muitas Instituições de Ensino Superior (IES) estão abrindo caminhos a essas mudanças implantando programas educacionais oferecidos à distância tendo como ferramenta indispensável à Internet. Esta mudança cultural e tecnológica deve estar presente em todas as instituições cujo sentido é a constituição de práticas de produção de conhecimento como requisito para a inovação e a competitividade.

A Tecnologia da Informação (TI) tem o potencial de resolver esse novo processo de Educação à Distância, oferecendo aos alunos maior acessibilidade às informações com custos baixos e sem limites geográficos.

As instituições de ensino não estão acompanhando o mesmo ritmo das novas tecnologias no mercado de trabalho, tornando, assim, o processo ensino-aprendizagem deficiente.

“Os analfabetos do ano 2000 não serão os indivíduos que não sabem ler e escrever, e sim aqueles que não sabem aprender, desaprender e reaprender” (SCHRUM, 2004).

Alguns resultados apresentados no “Provão” demonstram a necessidade de novos caminhos que podem ser iniciados nas instituições de ensino superior por meio do oferecimento da modalidade de cursos a distância.

Objetivo geral

Nos propomos no presente estudo a buscar na literatura existente as possibilidades e importância da educação à distância.

Breve Histórico

A educação a distância (EAD) tem uma longa história de sucessos e fracassos. Sua origem está nas experiências de educação por correspondência iniciada no final do século XVIII e com largo desenvolvimento a partir de meados do século XIX. Para o desenvolvimento da EAD tem sido utilizado diferente tipo de mídias, desde o material impresso a simuladores *on-line* com grande interação entre o aluno e o centro produtor, quer fazendo uso de inteligência artificial, ou mesmo de comunicação síncrona entre professores e alunos (NUNES, 1992).

A educação a distância tem sido usada para treinamento e aperfeiçoamento de professores em serviço, assim como no desenvolvimento de programas não formais de ensino para adultos nas áreas da saúde, agricultura e previdência social, tanto pela iniciativa privada como pela governamental. No momento é crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos por meio da modalidade da educação a distância (NUNES, 1992).

Primeira instituição e ao primeiro curso a distância, a bibliografia é unânime quanto à importância da *Open University* da Inglaterra, criada em

1969 como um marco e um modelo de sucesso, que tem atuação destacada até hoje (NUNES, 1992; MOORE & KEARSLEY, 1996).

No Brasil, desde a fundação do Instituto Rádio Monitor, em 1939, e depois do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, várias experiências foram iniciadas e levadas a termo com relativo sucesso. As experiências brasileiras, governamentais e privadas foram muitas e representou, nas últimas décadas, a mobilização de grandes contingentes de recursos. Os resultados do passado não foram suficientes para gerar um processo de aceitação governamental e social da modalidade de educação a distância no Brasil, entretanto, a realidade brasileira já mudou e nosso governo criou leis e estabeleceu normas para a inserção desta modalidade de educação em nosso país.

Existem várias plataformas de EAD disponíveis como, por exemplo: WebCT (Canadá), Blackboard (EUA), TelEduc (Unicamp), e COL (USP). Estas últimas são produtos nacionais e foram desenvolvidas, respectivamente, pelo Núcleo de Informática aplicada a Educação da UNICAMP (NIED) e pelo Laboratório de Pesquisas do Departamento de Engenharia da Computação e Sistemas Digitais (PCS) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

As vantagens na utilização dessas diferentes plataformas estão na disponibilização do material didático ao aluno por meio da Web, na facilidade da manutenção e atualização destes materiais, na concentração das informações relativas aos cursos, uso de ferramentas para interatividade entre alunos e professores, entre outros.

Acresça-se ainda que o material desenvolvido pelo docente é independente da ferramenta, ou seja, podem ser constituídos por vídeos, animações, documentos dentre outros, sendo que a ferramenta gerencia este conteúdo que será disponibilizado ao aluno. O controle do acesso aos recursos de um curso é realizado por meio de senhas, controlando assim, quem efetivamente poderá ter acesso.

Estas plataformas disponibilizam, também, além do controle de conteúdos, ferramentas de interatividade como o *chat* e o fórum, ferramentas para controle de atividades em grupos, para criação de testes automatizados de múltiplas-escolhas, ferramenta para gerenciamento de dúvidas dos alunos, entre outras.

Regulamentação da EAD no Brasil

As bases legais da educação à distância no Brasil foram assim estabelecidas:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20/12/96).
- Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. DE 11/02/98).
- Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U. de 28/04/98).
- Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U. de 09/04/98).
- Resolução CNE/CES n.º 1, de 03 de abril de 2001, a qual estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.
- Portaria Ministerial n.º 2253, de 18 de outubro de 2001 (publicada no D.O.U. de 019/10/01).

A Educação a Distância no Brasil foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Dezembro de 1996), em Fevereiro de 1998.

De acordo com o Art. 2º do Decreto n.º 2494/98

...os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (...)

Assim, as propostas de cursos nestes níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

No caso de cursos de *graduação* e *educação profissional* em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC, solicitando, para isto, a autorização para cada curso que pretenda oferecer.

Os programas de *mestrado* e *doutorado* na modalidade a distância, no Brasil, ainda são objeto de regulamentação específica. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, chamados de "*especialização*", até recentemente eram considerados livres, ou seja, independentes de autorização para funcionamento por parte do MEC. Porém, com o Parecer n.º 908/98 (aprovado em 02/12/98) e a Resolução nº 3 (de 05/10/99) da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação que fixam condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização, tornou-se necessária a regulamentação de tais cursos na modalidade a distância.

Aprendizado contínuo

Educação a distância (*Ferstudium*) é uma forma sistematicamente organizada de auto estudo onde o aluno se instrui a partir do material de estudo que é apresentado. O acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são realizados por um grupo de professores. Isto é possível por meio da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias (Nunes, 1992).

Harasim et al (1996) resumem as características de cursos on-line como independência de tempo e lugar e comunicação de muitos para muitos, reforçando o verdadeiro aprendizado cooperativo e a dependência de comunicações apoiado em textos para estimular comentários baseados em reflexão. Outras vantagens de usar esse tipo de aprendizado a distância são a comunicação instantânea (sincrônica) e a protelada (assincrônica), o acesso de e para comunidades isoladas geograficamente, a participação múltipla nas atividades, o intercâmbio cultural da diversidade e o reconhecimento de similaridades entre as pessoas do nosso mundo.

A EAD, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e se propõe que ela seja contornada por meio do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo

dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador (CHAVES, 1999)

Segundo o MEC/INEP/DAES constata-se que no período de 1991 a 2002 ocorreu um aumento de 83,31 % do total de Instituições de Educação Superior no período de 1991 a 2002. Ressaltamos que nas instituições particulares o aumento foi de 114,90% e nas instituições públicas -14,10%.

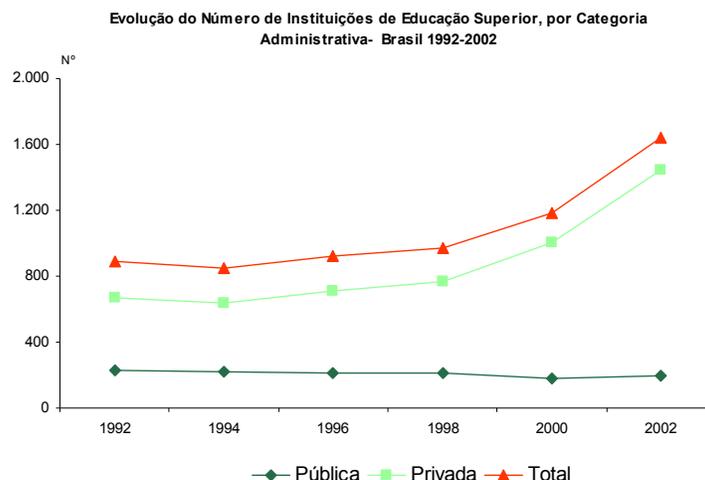


Figura 1: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa- Brasil 1992-2002

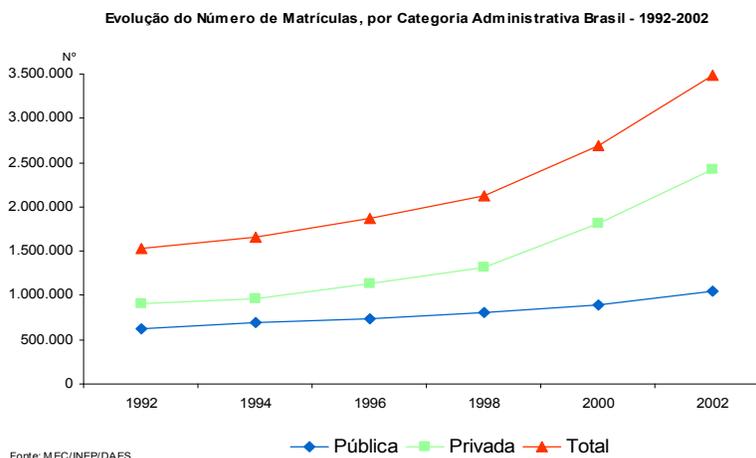


Figura 2: Evolução do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa Brasil - 1992-2002.

Segundo o MEC/INEP/DAES constata-se que no período de 1991 a 2002 o número de matrículas nas instituições públicas teve um aumento de 67,02% e nas instituições particulares 167,98%.

O aumento no número de Ingressos por meio de Processos Seletivos no período de 1992 a 2002 foi de 96,34% nas instituições públicas e de 225,92% nas instituições particulares.

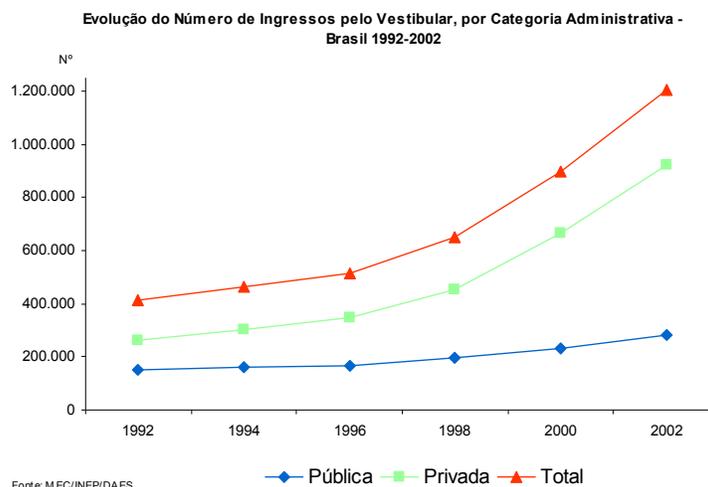


Figura 3: Evolução do Número de Ingressos pelo Vestibular, por Categoria Administrativa - Brasil 1992-2002.

O resultado do Provão 2003 não é animador. De acordo com o relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2004), boa parte dos cursos avaliados teve o desempenho abaixo da média. De 26 áreas que foram examinadas este ano, apenas duas obtiveram média geral acima de 50 pontos, numa escala de zero a 100. Em primeiro lugar ficaram os cursos de Odontologia, com nota média de 56 pontos, e em segundo ficaram os cursos de Fonoaudiologia, com média de 55,7 pontos.

Do grupo restante, apenas outras cinco áreas tiveram pontuação entre 40 e 50 e dentre as demais, todas tiveram média abaixo de 40. Os cursos de Letras registraram o menor índice entre as médias gerais: 19,7 pontos, apenas. Pela escala absoluta, os resultados do Exame, entre alunos de 5.897 cursos, revelam que nenhum deles obteve média superior a “80”, e apenas 1,5% obtiveram média entre “60” e “80” pontos. Na faixa de nota entre “40” e “60”, posicionaram-se 26,7% dos cursos, e 58,2% entre “20” e “40”. Em 11,9%, a média ficou abaixo de “20”.

Na categoria de alunos que utilizam o computador diariamente ou de 3 a 6 vezes por semana, situam-se as maiores proporções (26,7% e 27,0%, respectivamente) de alunos posicionados no grupo de melhores notas obtidas no Exame Nacional de Cursos (ENC 2003). Em contrapartida, na categoria de alunos que nunca utilizam o microcomputador situa-se a maior proporção de alunos (42,4%) posicionados no grupo de menores notas obtidas no ENC.

Esses dados apontam o uso do computador como fator que influencia o desempenho do aluno.

Os resultados desta avaliação confirmam o despreparo dos alunos para o mercado de trabalho, imaturos e ainda em processo de aprendizagem. As intranqüilidades educacionais, de que somos preponderantes, levam a esses caminhos alternativos da necessidade de um aprendizado contínuo, considerando-se a EAD com qualidades potenciais ao futuro.

Uma Projeção Digital

A EAD é um fenômeno crescente, mas não implica que a educação tradicional esteja chegando ao fim. A pedagogia eletrônica não defende a

eliminação dos professores, e sim o contrário. Incentivamos o desenvolvimento de novas abordagens e habilidades para o corpo docente, para que lecionem mais eficientemente nesse meio (PALLOFF & PRATT, 2002)

É importante que as instituições incluam o treinamento e o desenvolvimento de professor no processo de aprendizagem on-line.

Um dos requisitos básicos para a educação no século XXI será preparar os alunos para um sistema econômico cuja base é o conhecimento, que será o recurso mais fundamental para o desenvolvimento econômico e social. O conteúdo curricular e as abordagens utilizadas na sociedade do século XXI estão sendo forjados por meio da discussão e do debate nos setores públicos, acadêmicos e de negócios. Fica cada vez mais claro que os modelos educacionais atuais, as estruturas e as abordagens são inadequados. Os alunos precisam de recursos de informação, habilidades, relacionamentos e papéis sociais novos e diferentes. O modelo de educação tradicional, baseado primeiramente no conceito da escola e do professor na sala de aula, como se fossem ilhas sem comunicação com a sociedade e outras instituições educacionais, não produzirá pessoas competentes para a sociedade do conhecimento (HARASIM et al., 1996)

A possibilidade do uso de EAD nas IES é prevista na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º - O credenciamento das instituições far-se-á, originalmente, uma única vez, com renovações periódicas, nos termos da legislação vigente.

§ 3º - As instituições de ensino já credenciadas para o ensino superior presencial poderão oferecer atividades de educação formal a distância, desde que previstas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado, ou em alteração deste, também aprovada, e obtida a pertinente autorização dos cursos.

§ 6º - A oferta de até vinte por cento da carga horária exigida para a integralização de cursos superiores presenciais reconhecidos ou de cursos autorizados com essa previsão por meio de disciplinas ministradas em forma não presencial não constitui oferta de educação a distância, para os efeitos deste Decreto.

Tabela 1: Número de alunos estudando em Educação a Distância no Brasil, em instituições oficialmente credenciadas, de acordo com o nível de credenciamento e tipo de curso, em 2004.

Nível de credenciamento	Tipo de curso	Números de aluno	%
Federal	Graduação e Tecnológico	89.539	28,9
		61.637	19,9
Consolidados*	Graduação e/ou pós	8190	2,6
	Totalização no nível Federal	159.366	51,4
Estadual	Educação de Jovens e Adultos (EJA), Técnico, fundamental e Médio	150.571	48,6
Municipal		20	0,006
	Total Geral	309.957	100

Fonte: ABRAEAD/2005

*Três instituições informaram o número de alunos consolidando dados de graduação com os de pós-graduação.

Os dados da tabela 1 foram transmitidos pelas próprias instituições ou têm como fonte dados oficiais do MEC e dos conselhos estaduais e municipais de educação. Verificou-se a existência de 166 instituições credenciadas oficialmente para ministrar Educação a Distância no país. (SANCHES, 2005).

Os dados da Tabela 2 a seguir demonstram que a região com maior número de alunos matriculados é a região Sudeste (53%), Nordeste (18,7%), Sul (17), Centro-Oeste (7,6) e Norte (3,7).

Tabela 2: Distribuição do número de alunos em EAD em instituições oficialmente credenciadas no país, por região e estado, em 2004.

Região	Estado	Número de alunos	%
Norte	Pará	2.144	
	Tocantis	9.500	
	Norte	11.644	3,7
Nordeste	Alagoas	1.150	
	Bahia	500	
	Ceará	52.687	
	Maranhão	2815	
	Sergipe	830	
	Nordeste	57.982	18,7
Centro Oeste	Distrito Federal	17.143	
	Goiás	836	
	Mato Grosso	3500	
	Mato G. do Sul	2109	
	Centro-Oeste	23.588	7,6
Sudeste	Espírito Santo	6.777	
	Minas Gerais	26.340	
	Rio de Janeiro	49.865	
	São Paulo	80.905	
	Sudeste	163.887	53
Sul	Paraná	29.846	
	Rio Grande do Sul	2.618	
	Santa Catarina	20.392	
	Sul	52.856	17
Brasil	Total	309.957	100

Conclusão

Não se pode ignorar as dificuldades existentes no país, nem o déficit das instituições governamentais, fatores estes agravados pelas condições de instalações físicas, de recursos humanos e materiais que demandam melhorias. O atendimento destas necessidades tornaria as organizações educacionais mais adequadas para o desempenho dos papéis que lhes cabem, entretanto é vital a implementação de novas políticas de ensino-aprendizagem neste contexto. A EAD apresenta-se como uma possibilidade para incrementar o ensino universitário propiciando a incorporação de uma demanda reprimida,

se considerarmos que o Censo de 2000 aponta a existência de 23.365.185 jovens na faixa etária de 18 a 24 e se considerarmos que é desta faixa etária que sai a grande maioria dos ingressantes em cursos universitários e se cotejarmos este número com o número de matrículas nas IES no ano de 2000 2.694.245, constatamos que apenas 11,53% dos jovens têm acesso ao ensino superior privado ou público.

Ronaldo Mota (2005), a importância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) verifica-se no caráter estratégico da educação superior e no desenvolvimento científico e tecnológico para o crescimento sustentado do país; na necessidade de aumento de vagas na educação superior para a inclusão de jovens com idade entre 18 e 24 anos; assim como para atender às exigências da educação continuada. Para esse autor, a demanda de formação inicial e continuada de docentes para a educação básica e a necessidade de oferecer alternativas à formação continuada de profissionais junto às empresas e corporações também são importantes quando se fala em educação a distância.

“A Universidade Aberta não seria mais uma instituição superior no país, e sim um novo conceito e uma necessidade urgente. Entre as características de uma universidade aberta estão: aberta na entrada, democratizando o acesso à população, flexibilizando os processos seletivos tradicionais; aberta no processo, oferecendo opções e atividades que incorporem tecnologias de informação e comunicação; aberta na saída, permitindo aos estudantes concluírem, encerrarem ou suspenderem seus estudos com maior flexibilidade, atendendo às suas necessidades”. (MOTA, 2005).

Referências Bibliográficas

CHAVES, E. (1999) Conceitos Básicos: Educação a Distância. EdutecNet: Rede de Tecnologia na Educação,. Disponível em <<http://www.edutecnet.com.br>>

ENC (2003) EXAME NACIONAL DE CURSOS 2003 - Resumo Técnico - Disponível <http://download.inep.gov.br/ENC_PROVAO/resumo_tecnico_2003.pdf> Acesso em: 13 de junho de 2004.

HARASIM, L., HILTZ, S.R., TELES, L., & TUROFF, M. (1996) *Learning networks: a field guide to teaching and learning online*. Cambridge: MIT Press. 329p.

INEP (2004). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Evolução do ensino superior de 1980 a 1998. On line. Disponível <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec.xls> Acesso em: 03 de junho de 2004.

MOORE, M G., KEARSLEY, G. (1996) Distance education: a systems view. Belmont (USA) : Wadsworth Publishing Company, 1996. 290 p.

MOTA, R., Perspectivas de uma futura universidade aberta do Brasil. Conferência apresentada no 3º Seminário Nacional de Educação a Distância, São Paulo, 17 a 20 de abril de 2005.

NUNES, I. B. (1992) Noções de Educação a Distância. Disponível :<<http://www.intelecto.net/ead/ivonio1.html>>Acesso em: 01 de maio de 2004.

PALLOFF, R. M; PRATT, K. (2002) Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço. Porto Alegre: Artmed.

SANCHES, F. (Coord.), Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2005. São Paulo: Instituto Monitor, 2005.

SCHRUM, L. (2004) Tecnologia para educadores: desenvolvimento, estratégias e oportunidades. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em:<<http://www.inf.ufsc.br/~edla/mec/livro11.pdf> >. Acesso em 20 de maio de 2004.